

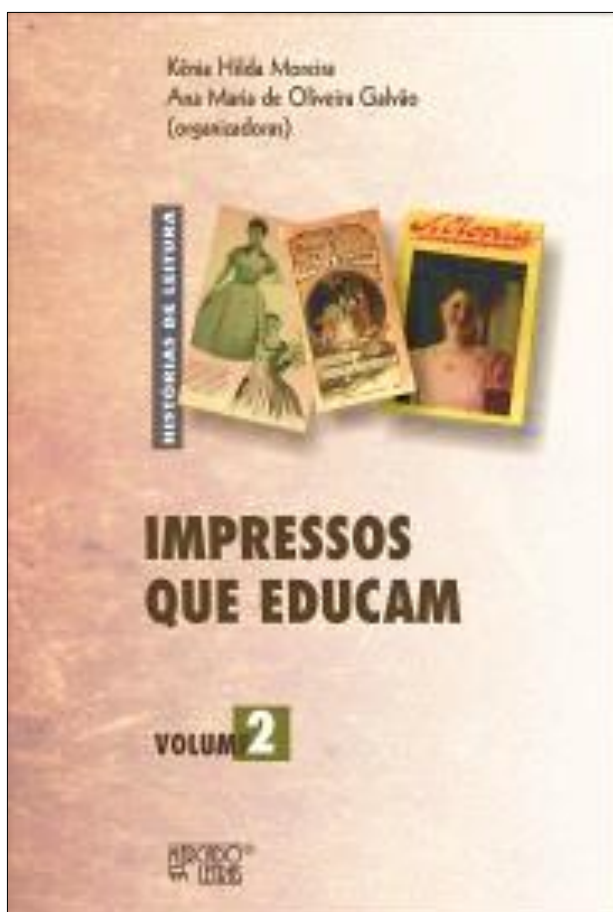


## A História da Educação dos/nos/por meio de impressos: pluralidades investigativas

The History of Education in/by/through printed materials: investigative pluralities

La Historia de la Educación de/en/a través de los impresos: pluralidades investigativas

Cristian Lopez Gomes  
Universidade Federal da Grande Dourados (Brasil)  
<https://orcid.org/0000-0003-3296-232X>  
<http://lattes.cnpq.br/0091568428833430>  
[cristiangomes2000@gmail.com](mailto:cristiangomes2000@gmail.com)



MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Org.). *Impressos que educam*, v.2. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2024. 308p.

O segundo volume do livro *Impressos que educam*, organizado pelas pesquisadoras Kênia Hilda Moreira e Ana Maria de Oliveira Galvão, dá sequência à coletânea publicada em 2021 (Moreira; Galvão, 2021). Assim como a obra anterior, este volume é resultado de articulações feitas entre dois grupos de pesquisas – o *Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita* (UFMG) e o *Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cultura Escrita* (UFGD) – contando com a ampliação da autoria de pesquisadores de outras universidades. Ressaltamos também que a obra integra a *Série História de Leitura*, cujo objetivo central é estabelecer uma relação entre diferentes agentes sociais e a leitura de objetos da cultura impressa.

O prefácio é escrito por Eliane Peres, no qual sinaliza contribuições potentes do livro, relatando que os diferentes textos que compõem a coletânea são uma “aula” de História e História da Educação, pois aprendemos sobre metodologia, narrativa histórica, formas de operação com a empiria, sobretudo acerca de um novo modo de fazer pesquisa sobre/com diferentes impressos (educacionais ou de circulação geral<sup>1</sup>).

Na apresentação da obra, Moreira e Galvão retomam o debate introduzido no primeiro volume da coletânea sobre o termo *Impressos que educam*. Elas ressaltam aos leitores que, embora alguns dos impressos analisados na presente coletânea não tenham, de forma explícita, um propósito de educar pedagógico, ainda assim contribuíram para a formação de agentes sociais de diferentes grupos, espaços e tempos. Em seguida, fazem uma apresentação de cada capítulo.

O livro é organizado em 11 capítulos, além do prefácio e da apresentação, nos quais os impressos são mobilizados em uma perspectiva temática e/ou na condição de fonte e/ou objeto de pesquisa<sup>2</sup>. Os capítulos analisam diferentes objetos da cultura impressa: livros produzidos por e/ou para cegos; boletins de orientação anarquista; livretos para formação de professores de educação física; jornais estudantis; revistas ou seções de periódicos destinadas às mulheres; fanzines contraculturais evangélicos; livro de romance; e jornais de circulação geral.

No primeiro capítulo, *Os livros escolares para a educação de cegos nos Estados Unidos (1834-1900)*, Tatiana de Andrade Fulas analisa o catálogo de livros para os cegos de duas instituições escolares estadunidenses: a *Perkins Institution and Massachusetts Asylum for the Blind*, localizada em Boston, e a *New York Institution for the Blind*, sediada em Nova Iorque. Fundadas em 1832, essas instituições foram as primeiras do país a atender esse público específico. Ambas contavam com oficinas tipográficas próprias integradas aos seus *locus* institucionais, o que possibilitava a produção de livros voltados tanto ao atendimento do mercado institucional – alunos e professores – quanto ao mercado doméstico. Essas tipografias buscavam produzir diversas obras das mais variadas, porém, no texto, opta-se pela análise dos livros escolares (música, geografia, história, ciências naturais, gramática, grego, latim, livros de alfabetização e obras literárias). A autora destaca a atuação dos diretores e professores das instituições nas políticas educacionais, bem como em relação à representação prestigiosa dos estabelecimentos entre os demais do gênero nos Estados Unidos, o que possibilitou uma longa produção de livros nessas instituições, mesmo com a dificuldade de transposição do conteúdo, o que ocasionava uma difícil decisão em manter, ajustar ou excluir conteúdo. Desse modo, as tipografias vinculadas a essas instituições contribuíram para a consolidação de uma determinada percepção sobre a educação de cegos, ao investirem em livros que possibilitavam aos seus alunos uma escolarização mais igualitária ao longo do século XIX.

---

<sup>1</sup> Sobre as discussões em torno das nomenclaturas adequadas a cada impresso (educacionais, pedagógicos, etc.), ver: “Apresentação: impressos que educam”, de Galvão e Moreira (2021).

<sup>2</sup> Acerca dos debates na mobilização de impressos como objeto e/ou fonte, ver “Apresentação: impressos que educam”, de Galvão e Moreira (2021), e também o texto “Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação”, de Galvão e Juliana Ferreira de Melo (2019).

No segundo capítulo, *Os processos de produção e apropriação do livro em braille na (des)construção das identidades dos alunos do Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa Leão busca compreender de que modo o braille e o livro em relevo contribuíram para (des)construção das identidades dos alunos e alunas que viviam e estudavam no Imperial Instituto dos Meninos Cegos durante o século XIX. Localizado no Rio de Janeiro, capital do Império, o Instituto funcionava em regime de internato e atendia meninos e meninas com idade entre 6 e 14 anos, comprovadamente cegos e livres. O autor problematiza o fato de que os cegos que viveram nesse período histórico eram frequentemente estigmatizados como infelizes e incapazes. No entanto, as culturas do escrito vivenciadas pelos alunos cegos da instituição tensionavam esses estigmas. Essas culturas eram expressas por meio das leituras de livros em relevo, que, apesar de veicularem as ideologias dominantes, oportunizavam o contato com conhecimentos científicos, literários e técnicos, contribuindo para a construção de outras formas de entendimento sobre si por parte dos alunos. Além disso, os estudantes também produziam e editavam livros nas oficinas da tipografia da instituição e realizavam cópias manuscritas de livros publicados. Ao se constituírem como sujeitos ativos nesses processos, os alunos cegos estabeleciam uma relação de autoidentificação com os livros, capaz de lhes abrir outras possibilidades de futuro, para além daquelas impostas pelos estigmas.

No terceiro capítulo, *O Boletín de la Escuela Moderna de Barcelona: racionalismo, ciência e anticlericalismo*, Pedro Henrique Prado da Silva e Marcus Aurelio Taborda de Oliveira apresentam o *Boletín de la Escuela Moderna*, problematizando-o e propondo um itinerário para novos projetos de pesquisa. Os autores caracterizam o periódico como um órgão didático e informativo da Escola Moderna de Barcelona, instituição catalã de orientação anarquista. Assinalam ainda duas fases do impresso, porém se atêm à primeira fase, de 1901-1906, período em que o *Boletín* atuou como órgão oficial da instituição, configurando-se como um veículo educativo tanto no sentido pedagógico-doutrinário quanto didático-instrumental. Nessa fase, foram publicados artigos de opinião sobre educação e política, bem como textos produzidos por autores e autoras que compartilhavam dos ideais da Escola Moderna, além de registros das atividades cotidianas dos estudantes, avaliações, epistolário e iconografias. Os pesquisadores sinalizam que o impresso pode ser compreendido como um registro de memória das experiências de homens e mulheres em um dado contexto marcado por proposições de renovações pedagógicas. Dessa maneira, recomendam alguns focos de investigação: a relação de Mariano Batllori com o periódico, considerando seu papel de administrador do impresso; a experiência da Escola Moderna com os alunos, a fim de captar o impacto da proposta pedagógica sobre esses agentes; e as fotografias, sobretudo aquelas realizadas pelos estudantes durante os passeios, porque elucidam comportamentos considerados almejados para a infância.

No quarto capítulo, *Impressos na formação de professores: os Cursos de Educação Física por Correspondência (1957-1968)*, Ana Paula Gontijo da Fonseca e Meily Assbú Linhales abordam as peculiaridades de uma formação denominada *Cursos de Educação Física por Correspondência*, materializado em formato de livros. Esses impressos foram produzidos e circularam por diferentes regiões do país brasileiro durante as décadas de 1950 e 1960, abordando temas como esportes, métodos ginásticos, história, nutrição e psicologia. As autoras compreendem a produção desses impressos no contexto da necessidade de formação de professores de educação física, especialmente a partir do final da década de 1930, quando a obrigatoriedade legal intensificou a demanda por profissionais habilitados. Tais impressos tinham como objetivo preparar os professores para os exames de suficiência, além de proporcionar atualização profissional na área aos profissionais que quisessem. Porém, a partir das análises dos livretos direcionadas à materialidade e aos conteúdos dos impressos, as pesquisadoras observaram que os impressos serviam de guias instrucionais para os professores, reduzidos a reprodutores de um programa estabelecido por meio da apresentação de diversas imagens com conteúdo discursivos, remetendo a um modelo de formação de disciplina e ordem.

No quinto capítulo, *Educando a mocidade no jornal Vida Escolar: órgão dos estudantes da cidade de Campo Grande na década de 1930*, Jaíne da Silva Massirer e Maurilane de Souza Biccas evidenciam as estratégias de educação da mocidade campo-grandense expressas nos escritos de Enzo Cientilli, diretor e criador do jornal *Vida Escolar: Órgão dos estudantes de Campo Grande*, publicado entre 1934 a 1936. O periódico esteve vinculado ao Colégio Visconde de Taunay, também fundado por Cientilli, que, em 1934, anexou o Internato Osvaldo Cruz ao colégio, e era localizado em Campo Grande, sul de Mato Grosso. As autoras destacam que o diretor atuava de forma estratégica, a partir de sua posição de poder, para difundir comportamentos morais voltados à educação dos jovens campo-grandenses, por meio de discursos nacionalistas, religiosos e da associação do papel da mulher ao recato e à discrição. Consideram ainda que alguns de seus discursos se aproximavam do ideário pedagógico da Escola Nova, tendo em vista as críticas a uma educação mercantilizada, embora ele dirigisse um conjunto de instituições escolares privadas. Além disso, o jornal funcionava como instrumento de projeção das instituições educativas na sociedade campo-grandense.

No sexto capítulo, *A revista Jornal das Moças e seu projeto educativo*, Dálete Cristiane Silva Heitor de Albuquerque e Elizabeth Figueiredo de Sá analisam a revista *Jornal das Moças* a partir dos conteúdos dos textos e do corpo imagético das seções recorrentes do impresso carioca, entre 1914 a 1965, período de sua produção e circulação. As autoras consideram que a revista funcionava como um dispositivo pedagógico voltado à formação doméstica das mulheres, veiculando conteúdos sobre cuidados com a família, educação dos filhos, trabalhos manuais, higiene, receitas culinárias, conquista afetiva e manutenção do casamento. Além disso, incluía fotografias da alta sociedade carioca, notícias sobre atores e atrizes hollywoodianos – que serviam para a construção de modelos de comportamento – e seções de humor. As pesquisadoras salientam que a revista manteve, ao longo de seu período de produção e circulação, princípios voltados à educação das mulheres para desempenharem papéis de mães e esposas, funcionando como um mecanismo de manutenção social. Esses princípios estavam presentes de forma implícita e explícita em todo o corpo textual e imagético, orientando as leitoras segundo os sentidos desejados pelos produtores e editores do impresso.

No sétimo capítulo, *Regular-se, exercitar-se e embelezar-se: a Revista Alterosa e a educação do corpo feminino*, Cristiane Oliveira Pisani Martini e Andrea Moreno analisam as pedagogias para o corpo feminino identificadas no discurso da *Revista Alterosa*, organizadas em torno das noções dietética, cosmética e atlética/plástica, as quais se articulavam em uma complexa rede de prescrições às leitoras. A revista, de periodicidade mensal, ilustrada e produzida em Minas Gerais, circulou entre as décadas de 1930 a 1960. As pesquisadoras asseveram que a pedagogia dietética se baseava em um conjunto de prescrições destinadas ao conhecimento e ao controle rigoroso da ingestão de alimentos e de produtos destinados à regulação das funções do corpo de ordem biológica, química ou comportamental. Em relação à pedagogia atlética, a revista investia no discurso da moda e da ginástica como fatores basilares da beleza feminina. A moda era apresentada como responsável por alterar os corpos por meio da modelagem, da dissimulação de defeitos e do realce artificial das formas, enquanto a ginástica aparecia de uma forma metódica e racional, indo além do simples discurso da manutenção da saúde do corpo. Essa pedagogia também normatizava os modos de comportamento das mulheres em relação à postura corporal e à manutenção da elegância. Já a pedagogia cosmética expressava-se em um conjunto de prescrições que investiam nos discursos relacionados ao cuidado com a aparência do corpo, estruturando instruções rigorosas que, em sua maioria, exigiam o uso de produtos específicos destinados à beleza e à higiene, concebendo a beleza como uma forma de investimento constante.

No oitavo capítulo, *Atividades corporais femininas na revista Folha da Serra e suas dimensões educativas: a década de 1930 entre textos e imagens*, Eglem de Oliveira Passone e Kênia Hilda Moreira analisam as publicações da *Revista Folha Serra* em torno da atividade corporal feminina na escola e na vida esportiva feminina nos clubes sociais. O impresso analisado era um periódico de variedades e foi editado entre 1931 e 1940, na cidade de Campo Grande, no sul de Mato Grosso, possuindo uma circulação internacional. As pesquisadoras identificam que a ginástica sueca e o vôlei eram mobilizados em duas instituições escolares de Campo Grande: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e a Escola Normal de Campo Grande. Já nos clubes sociais, as práticas de esportes eram voltadas para a prática do tênis e do vôlei. As autoras compreendem que, no impresso, houve a difusão da ideia de que o vôlei e o tênis eram considerados adequados à prática feminina e ao corpo da mulher, tendo em vista que eram atividades fisicamente moderadas para a “fragilidade” das mulheres. Havia também uma defesa acerca da preservação da maternidade, que estava em harmonia com o ideário católico e estadonovista.

No nono capítulo, *Evangelicalismo e culturas do escrito: o papel dos fanzines na construção de uma identidade contracultural cristã em Belo Horizonte nos anos 1990*, Jaime Magalhães Sepulcro Júnior e Ana Maria de Oliveira Galvão se propõem a analisar o conteúdo de fanzines, objetivando lançar luz sobre o papel desses impressos na construção de uma identidade simultaneamente contracultural e cristã, como também juvenil, urbana, *underground* e evangélica. O fanzine a que os pesquisadores se dedicam surgiu no cenário belo-horizontino e começou a ser produzido em 1996, inicialmente intitulado *Hardcore Flyerzine Christian*, sendo posteriormente renomeado para *Zine Alternativo Cristão (ZAC)*. A publicação contou com o trabalho pioneiro de Átila Messala, músico e membro veterano da Congregação Cristã Apostólica. Além disso, o material teve sete edições entre 1996 e 1999, atingindo uma circulação intermunicipal, interestadual e até internacional. Os principais temas evocados nas páginas desse fanzine giravam em torno de atitude, inferno, oração, identidade *underground*, evangelicalismo, conversão, culpa, amor, santidade, batalha espiritual, egoísmo, radicalismo e preconceito. Os pesquisadores constatam que, além de ensinar e informar, esses impressos atuaram na construção de uma identidade jovem, urbana, *underground* e evangélica em Belo Horizonte, tendo em vista que articulavam uma performance linguística e estética ao conteúdo textual das fanzines, com o objetivo de construir uma imagem do sujeito da contracultura cristã.

No décimo capítulo, *Amar, Verbo Intransitivo como romance de formação? contribuições para a leitura da obra de Mário de Andrade pelos historiadores da educação*, Marco Antonio de Santana e Raquel Discini de Campos buscam refletir sobre a possível subsunção do romance *Amar, verbo intransitivo*, do modernista Mário de Andrade, ao gênero “romance de formação”, classificação não consensual entre os estudiosos da obra. Além disso, os autores discutem o potencial do romance para que historiadores da educação investiguem as representações de professoras preceptoras dos anos de 1920 e 1930. Os pesquisadores relatam que a trama da obra envolve a contratação de uma professora alemã para dar aulas de iniciação sexual ao primogênito da família Sousa Costa, com a finalidade de tornar o jovem apto para as questões do amor. Em síntese, buscava-se prepará-lo para “jogar o jogo” sem apego passional, sem ciúmes e sem sofrimento, indiferença necessária para alcançar um casamento promissor com a *bonne femme*. Os autores constatam que, na obra, Mario, de forma oblíqua, fez uma crítica à burguesia paulistana, que se ausentava do debate sobre a importância da educação pública para todos e via nos métodos e conteúdos escolhidos pelas famílias, por meio da educação doméstica, formas de manutenção do *status quo*.

No décimo primeiro e último capítulo, *O papel educativo dos jornais de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX*, Priscilla Verona e Mônica Yumi Jinzenji buscam desconstruir e problematizar algumas das estratégias utilizadas no processo de produção de quatro entre os primeiros e principais periódicos de cunho político e de matriz liberal impressos na província de Minas Gerais no século XIX: *O Universal* (Ouro Preto, 1825-1842), *Estrela Marianense* (Mariana, 1830-1832), *Astro de Minas* (São José del-Rei, 1827-1839) e *O Mentor das Brasileiras* (São João del-Rei, 1829-1832). Esses periódicos tinham como objetivo persuadir e convencer seus leitores. As autoras esclarecem que a imprensa na província de Minas Gerais era majoritariamente composta de jornais de cunho político, tendo em vista que, no Brasil oitocentista, a imprensa era o principal espaço público para o debate de ideias políticas. As pesquisadoras identificam e problematizam, entre as estratégias utilizadas, o emprego da ordem retórica nos impressos mineiros oitocentistas, que envolvia a formulação de textos marcados por metáforas, repetições, redundâncias e personificações, com o objetivo de comover, enaltecer e desqualificar. Destacam ainda a mobilização de estratégias tipográficas, algumas condicionadas pelas limitações materiais e outras vinculadas às intenções educativas, bem como a citação de autores de prestígio, tais como Voltaire, Montesquieu, Diderot, Thomas Paine, Adam Smith, com a finalidade de conferir credibilidade aos jornais e aos conteúdos veiculados. Por fim, analisam o direcionamento da interpretação de conceitos, leis e outras obras, como parte do papel educativo exercido por esses periódicos.

O resultado da obra evidencia uma pluralidade de impressos usados/utilizados/incorporados para a escrita da História da Educação, em que diversos agentes sociais compunham o circuito de comunicação – produção, edição, circulação e recepção – desses impressos, inclusive marginalizados, como cegos, mulheres, estudantes, professores, jovens evangélicos, bem como elites e intelectuais. Essa pluralidade também se expressa nos recortes temporal e geográfico das pesquisas, que contemplam desde o século XIX até a década de 1990 do século XX, além de impressos de circulação estadual (Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo), nacional e internacional, como os produzidos nos Estados Unidos e Espanha.

Consideramos que a obra notabiliza como os impressos se constituíam para além de uma tecnologia que visava à comunicação da vida e do cotidiano, pois educavam de forma explícita ou implícita sob diferentes temas, que foram atravessados por relações de poder, tensões e disputas. Além disso, assim como Roger Chartier (1988, p. 127) destaca, o historiador necessita tecer “[...] relações estabelecidas entre os três polos: o texto, o objecto [impresso] que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera”. As pesquisas que compõem a coletânea produzem uma prática historiográfica calcada nessa sinalização para compreender como os impressos educavam o corpo, as sensibilidades, a mente, os comportamentos e as sociabilidades.

Por fim, recomendamos o livro para que pesquisadores possam obter uma perspectiva perspicaz sobre o universo dos *impressos que educam*, tendo em vista que a obra é uma profícua contribuição para o campo da História da Educação.

## Referências

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

MOREIRA, Kênia Hilda; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. (Org.). *Impressos que educam*, v.1. Campinas: Mercado de Letras, 2022.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira de. Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação. In: VEIGA, Cynthia Greive; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de (Org.). *Historiografia da educação: abordagens teóricas e metodológicas*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2019.